

COMO ESCOLHER SEU DEPUTADO

PEQUENO MANUAL
PARA ORIENTAR O
ELEITOR NO DIA

2 DE OUTUBRO DE 2022

ALDEMARIO ARAUJO CASTRO

ALDEMARIO ARAUJO CASTRO

COMO ESCOLHER SEU DEPUTADO

Pequeno manual para orientar
o eleitor no dia
2 de outubro de 2022

Brasília, setembro de 2022



Campinas - SP
Elo3 Design Editorial
2022

Castro, Aldemario Araujo
Como escolher seu deputado : pequeno manual para
orientar o eleitor no dia 2 de outubro de 2022 /
Aldemario Araujo Castro. -- Campinas, SP : Elo3 Design
Editorial, 2022.
72 p.

ISBN 978-65-998396-6-5

1. Eleições 2. Brasil - Política e governo I. Título

22-1821

CDD 320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política

Copyright by *Aldemario Araujo Castro*

Projeto gráfico, diagramação e capa
Elaine Aparecida de Oliveira

Imagens capa
Canva.com / Freepik.com

Revisão
Aldemario Araujo Castro

Elo3 Design Editorial
CNPJ: 43.025.625/0001-10
www.elo3designeditorial.com.br
Facebook/Instagram: @elo3designeditorial
Contato: 19 99692-3673 | elo3design@gmail.com

Para o **CIDADÃO ATIVO E CONSCIENTE**, a verdadeira força transformadora para construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Para os integrantes da equipe de campanha
(sem “cabos eleitorais”)

ALDEMARIO 1818 DEPUTADO FEDERAL:

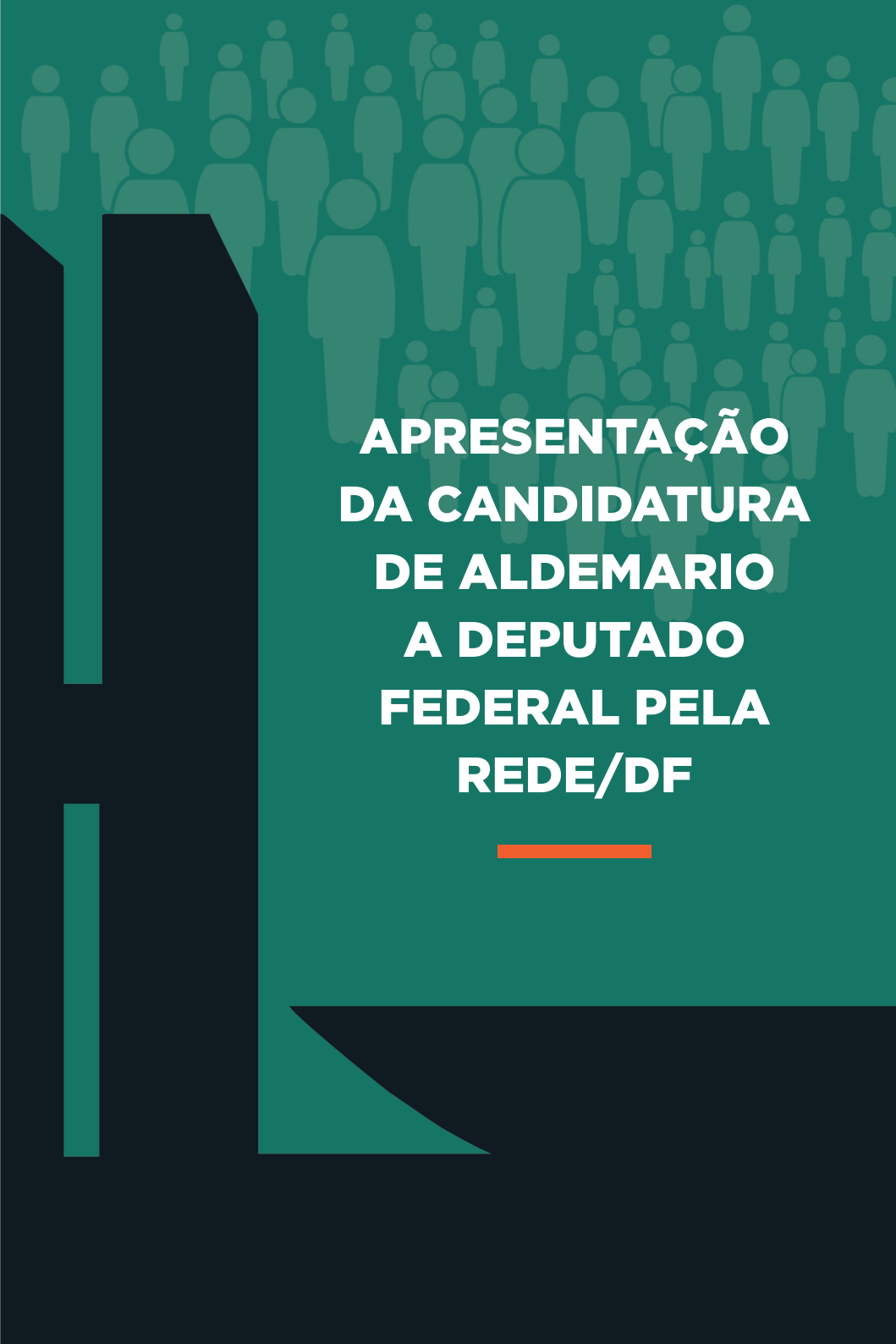
Renato Resque, Ana Paula Inglês, Patrícia Gripp,
Iques Melo, Thalita Monteiro, Nelma Brito, Luiza Chaer,
Ângelo Daré, Braion Allison, Yasmin Carolina,
Marcelo Souza e Eduardo Vaz.



Sumário



APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA DE ALDEMARIO A DEPUTADO FEDERAL PELA REDE/DF	9
OS TRÊS TIPOS DE FISILOGISMOS MAIS LEVES	24
O VOTO DE OPINIÃO	31
AS PROPOSTAS EXCESSIVAMENTE GENÉRICAS OU PROPOSIÇÕES TÍPICAS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FORMATADAS E CONDUZIDAS PELO PODER EXECUTIVO	38
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POPULARES	44
O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS E A COMPLEXA MATEMÁTICA DOS VOTOS PARA DEPUTADO	50
COMO ESCOLHER O SEU DEPUTADO.....	56
A EQUIVOCADA PROPOSTA DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES PELA METADE.....	59



**APRESENTAÇÃO
DA CANDIDATURA
DE ALDEMARIO
A DEPUTADO
FEDERAL PELA
REDE/DF**

Do processo de votação realizado em 2 de outubro de 2022 emergirá um Congresso Nacional com 27 senadoras/es e 513 deputadas/os federais eleitas/os.



Você tem 1 (um) voto para participar desse processo e, com certeza, influenciará uma considerável quantidade de sufrágios de amigos, familiares e colegas de trabalho.

São dois basicamente, com alguma simplificação, os modelos de campanhas eleitorais (com reflexos necessários no exercício dos mandatos).

O primeiro tipo de campanha, caracterizado pelo “voto fisiológico”, está baseado: a) na contratação interesseira de cabos eleitorais; b) na “compra” de apoios de lideranças comunitárias e afins e c) na promessa de vantagens imediatas descoladas de políticas públicas e do equacionamento dos grandes problemas locais, regionais e nacionais. Esses e outros expedientes na mesma linha, lastreados em volumes consideráveis de recursos pecuniários, explicam as eleições de algumas pessoas, desconhecidas ou despreparadas, que parecem “cair de paraquedas” no mundo da política (como vencedores nas eleições).

O segundo tipo de campanha, caracterizado pelo “voto de opinião”, está fundado: a) em propostas programáticas e b) em trajetórias de vida que demonstram as habilidades técnicas e políticas para instrumentalizá-las. Esses critérios estão baseados na conscientização, mobilização e organização da sociedade e seus diversos setores. Nesse caso, recursos pecuniários mais significativos não são decisivos.

Normalmente, o primeiro tipo de campanha, baseada no “voto fisiológico”, resulta, se bem sucedida, num mandato parlamentar comprometido com interesses socioeconômicos minoritários bem definidos.

São parlamentares que, em regra, dão sustentação política para a construção e manutenção de trilionários mecanismos de transferência de riqueza do conjunto da sociedade (mais de 99% da população) para uma minoria de privilegiados (menos de 1% da população). Esses instrumentos se manifestam na forte tributação do consumo de mercadorias e serviços, nas altíssimas taxas de juros, em injustos benefícios fiscais e subsídios, na remessa de bilhões e bilhões de reais para paraísos fiscais, em níveis estratosféricos de sonegação, entre outros. Não raro, são construídos poderosos mecanismos de corrupção para alimentar a fome eleitoral dessas figuras, como no atual “orçamento secreto”, concebido e gerenciado pela associação entre o Centrão e o (des)governo Bolsonaro. Um exemplo, com números, é altamente emblemático. As inacreditáveis taxas de juros praticadas no Brasil (sem paralelo em países minimamente civilizados) e o enorme endividamento do Estado, das famílias e das empresas conduzem a transferência anual de algo em torno de 1,5 trilhão de reais do conjunto da sociedade para um punhado de bancos superlucrativos.

Já o segundo tipo de campanha, baseada no “voto de opinião”, resulta, se vitoriosa, num mandato parlamentar comprometido com visões programáticas mais liberais ou mais sociais. No segundo caso, com variações de concepções, temos atuações e posicionamentos voltados para a ampliação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, mobilidade, cultura, esportes, segurança social, assistência social, entre outras. Busca-se, nessa linha, a conformação de um Serviço Público (ou Administração Pública) fundado no profissionalismo republicano que responda, com eficiência, às demandas da sociedade. Existe toda uma preocupação com a redistribuição de renda e formação de um mercado consumidor forte e gerador de um círculo virtuoso da atividade econômica com geração de empregos e tributação justa não concentrada no consumo de mercadorias e serviços (e sim, na propriedade e manifestações significativas de riquezas). Os profundos malefícios do rentismo e da espoliação realizada pelo mercado financeiro são fortemente combatidos. O respeito às várias minorias, a valorização da diversidade e o combate aos inúmeros tipos de preconceitos são pontos especialmente importantes.

**A NOÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE,
NOTADAMENTE AMBIENTAL,
RECEBE RELEVANTE
ATENÇÃO DIANTE
DA PROFUNDA CRISE
CLIMÁTICA QUE AMEAÇA
A VIDA NO PLANETA.**

Sou candidato a Deputado Federal pela REDE SUSTENTABILIDADE do Distrito Federal com o número **1818**,

o mesmo de Marina Silva em São Paulo e Heloisa Helena no Rio de Janeiro. São 8 (oito) vagas ou cadeiras em disputa. O grande desafio, nesse caso, é conseguir que o “voto de opinião” mais consequente, com sensibilidade coletiva para os dramas sociais, possa ter uma boa representação nesse importante espaço parlamentar.

Farei o segundo tipo de campanha, baseado justamente no “voto de opinião”, e buscarei representar os interesses populares e democráticos da grande maioria da população do DF (trabalhadores públicos e privados, desempregados, estudantes, aposentados, crianças, jovens, LGBTQIAPN+, mulheres, negros, indígenas, artistas e setores ou segmentos marginalizados de qualquer forma). Pretende-se, ainda, no âmbito desse projeto, dar voz aos mais novos e instigantes direitos da natureza, dos animais e aos necessários ideais de sustentabilidade, em suas várias vertentes.

Meu currículo (e trajetória pessoal) e as propostas mais importantes podem ser conferidas no meu site na internet (endereço abaixo indicado).

Destaco a formação, já na campanha eleitoral, de um CONSELHO POLÍTICO CIDADÃO. Composto por pessoas representativas de vários segmentos sociais, esse colegiado será responsável por: a) manter o mandato fiel ao programa apresentado na campanha; b) zelar pela adoção das melhores práticas políticas, em especial aquelas voltadas para a transparência e intenso diálogo público e c) adotar decisões no âmbito do exercício do mandato,

como a definição de alocação de recursos por intermédio de emendas orçamentárias.

Se você tem identificação com esse projeto, solicito encaminhar essa publicação, por correio eletrônico, whatsapp ou outro meio de envio de mensagens instantâneas, com os acréscimos que julgar convenientes, para seus amigos, familiares e colegas de trabalho.

Mais informações e contatos, inclusive para reuniões virtuais ou presenciais, podem ser realizados por um dos canais abaixo apontados.

Aldemario Araujo Castro

Advogado

Mestre em Direito

Professor Universitário

Servidor Público

Procurador da Fazenda Nacional

Site: <http://www.aldemario.adv.br>

E-mail: aldemario@aldemario.adv.br

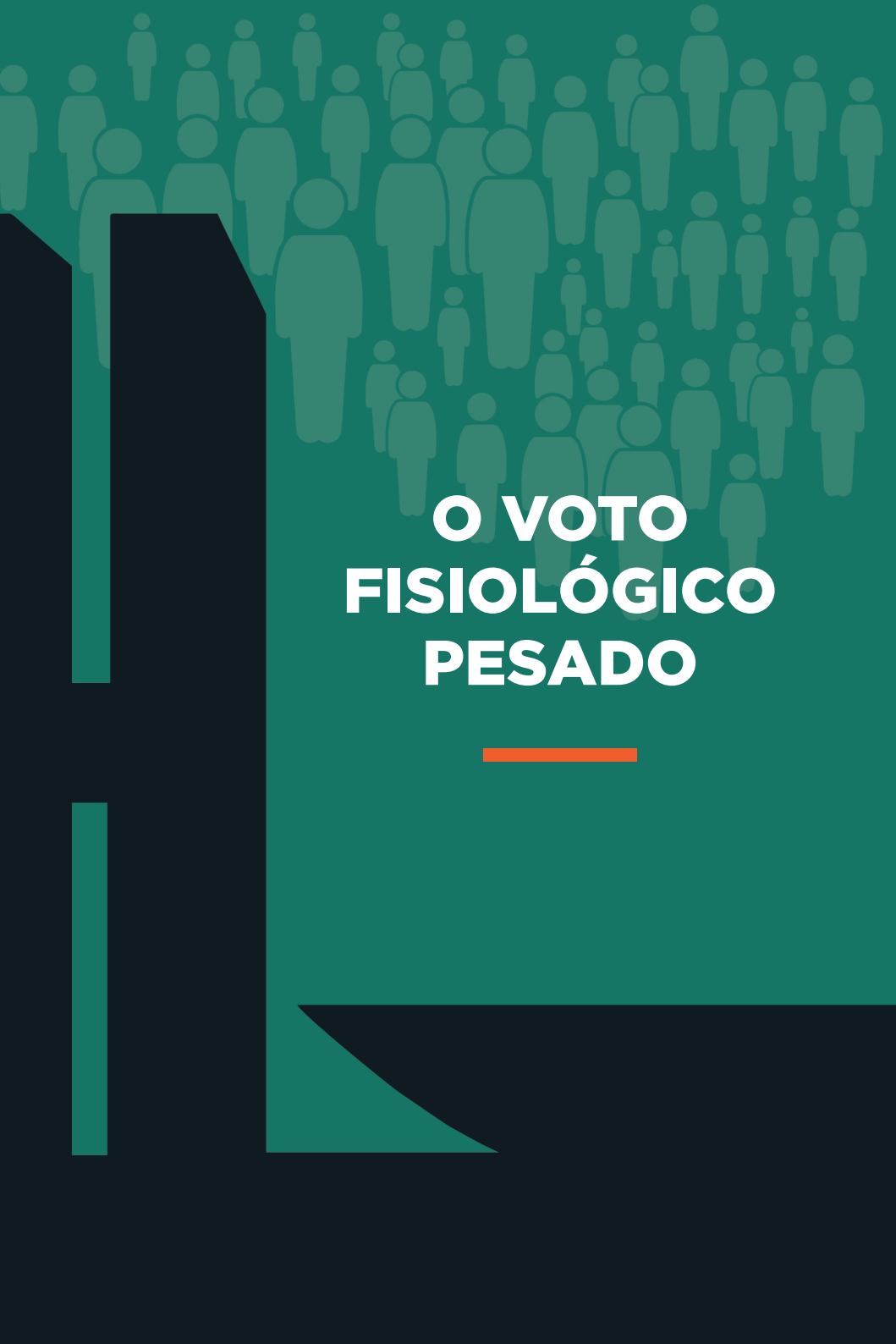
Instagram: [@aldemarioaraujo](https://www.instagram.com/aldemarioaraujo)

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/aldemarioaraujo-castro-278963172>

TikTok: [@aldemarioaraujo](https://www.tiktok.com/@aldemarioaraujo)

Twitter: [@aldemarioac](https://twitter.com/aldemarioac)

Facebook: <https://www.facebook.com/aldemario.adv>



O VOTO FISIOLOGICO PESADO

No dia 2 de outubro de 2022 serão eleitos, por cerca de 150 milhões de brasileiros, 27 senadores, 513 deputados federais e algumas centenas de deputados estaduais e distritais.



Qualquer pesquisa de opinião realizada imediatamente depois de conhecidos os nomes dos eleitos apontará, com ampla folga, uma visão profundamente negativa acerca da grande maioria dos parlamentares escolhidos pelos eleitores alguns dias antes.

A última afirmação (constatação) é estranha, mas perfeitamente explicável. Com efeito, a maioria dos cidadãos mais ou menos esclarecidos, conscientes e politizados “sentem” o cheiro de alguma coisa podre no processo eleitoral. Não conseguem identificar precisamente o que “se passa”. Entretanto, observando o perfil dos eleitos, boa parte deles ilustres desconhecidos ou sem referências mais sólidas de atuação política ou profissional, “percebem” a prevalência de procedimentos, no mínimo, duvidosos nos sucessos eleitorais.

Sem pretensão de exaurir a revelação das práticas eleitorais mais nefastas, buscarei, em poucas linhas e com limitado conhecimento acerca dos malfeitos do lado deletério da Força, mostrar, em pinceladas gerais, como são eleitos (maioria) uma vasta gama de políticos venais, interesseiros, aproveitadores, carreiristas, vendidos, negociantes, enganadores, etc, etc, etc.

Essa legião de parlamentares envolvidos com tudo que não presta são filhos das várias vertentes dos “votos fisiológicos”. No mundo da política, a palavra “fisiológico” identifica relações baseadas na troca de favores pessoais

e benefícios a interesses privados. Nesse campo (ou nessa lama), os interesses coletivos e sociais, relacionados com a maioria da população, são tratados de forma secundária ou mesmo desprezados.

Uma campanha eleitoral baseada no “voto fisiológico” segue um roteiro caracterizado por algumas ações ou procedimentos bem conhecidos no mundo da política mais repugnante (e ignorados pela sociedade de uma forma geral). Destacamos dois expedientes muito eficientes para gerar votos (em quantidade) para qualquer pessoa, conhecida ou desconhecida, munida da soma (grande) de dinheiro necessária para movimentar as engrenagens pertinentes.

A contratação interesseira de cabos eleitorais rende algumas dezenas de milhares de votos quando operacionalizada pelos profissionais certos do submundo mais abjeto da política. Imagine centenas de pessoas remuneradas durante quase dois meses de campanha. Elas vão agitar bandeiras, fazer número em eventos e distribuir panfletos? Também. Mas essa é a parte nitidamente secundária da “coisa”. O aspecto mais relevante é a promessa de alguma vantagem, normalmente emprego, se o candidato for eleito. Mas esse emprego reclama que o cabo eleitoral apresente uma lista com pelo menos 20 (vinte) ou 30 (trinta) nomes de eleitores comprometidos em votar no candidato apoiado pelo cabo eleitoral. Essa lista deve conter necessariamente número do título eleitoral, zona e seção de votação (para a devida verificação se os votos, como quantitativo total, aparecem no boletim de urna).

O outro expediente amplamente utilizado no campo do “voto fisiológico” é a compra de lotes de votos controlados por certas lideranças comunitárias, religiosas e afins.

O termo utilizado foi “compra”. Embora criminoso, esse comportamento é realizado sem o menor pudor e em grande escala, notadamente, mas não só, nos bairros ou regiões que abrigam as parcelas mais vulneráveis da população. O pastor da Igreja do Evangelho Multidimensional (referência hipotética) mantém influência sobre um conjunto de 500 eleitores em Guaporé do Leste (outra referência inventada). Esse lote de votos pode ser adquirido por 100, 200 ou 300 mil reais pelo candidato que dispuser do numerário. Programa político? Propostas? Compromissos de atuação parlamentar? Métodos de exercício do cargo? Tudo isso é irrelevante. Sequer é tratado. O que interessa e é devidamente acertado: a) o número de votos no lote; b) o valor do lote; c) a forma de pagamento e d) a lista dos eleitores (sempre com número do título, zona eleitoral e seção, para conferência da “fidelidade” dos votos comprados).

Percebeu a onipresente lista de eleitores com os dados “necessários” (número do título, zona e seção eleitorais)? Veja, a propósito, esse esclarecedor (e estarrecedor) registro da jornalista Míriam Moraes, quando foi candidata do Legislativo:

“No meu primeiro dia ganhei dois ‘apoios’. Uma diretora disse que ajudava os alunos formandos do ensino fundamental e do ensino médio a conseguir candidatos que bancassem a formatura deles.

‘Não sabe o quanto eles sonham com uma festa de formatura’, suspirava.

I A coisa funcionava assim:

- I 1. Ela organizava a reunião com os formandos.
- I 2. O candidato anotava o número do CPF, título de eleitor e zona eleitoral de cada aluno.
- I 3. Após a eleição, o candidato fazia a conferência nas zonas eleitorais para checar se teve mesmo o número de votos que constavam nos locais em que os alunos votavam. É possível conferir pelo boletim do resultado eleitoral os votos em cada sessão.
- I 4. Se o número mínimo de votos conferisse com os dos alunos, a festa estava garantida.

Fiquei horrorizada ao ver a naturalidade com a qual a diretora me explicou o arranjo. Ao chegar em casa, recebi pelo telefone o segundo apoio, que veio de uma aluna, organizadora das atividades esportivas da escola. O preço era bem menor, bastava os uniformes dos times de vôlei e futebol, e ela garantia os votos no mesmo sistema de anotação dos títulos e zonas eleitorais. Percebi que aquilo era novidade só pra mim, nas escolas, a prática é corriqueira” (Livro: 10 coisas que descobri sobre corrupção e política quando fui candidata. Um guia para candidatos e interessados em entender como funcionam as campanhas eleitorais e os bastidores da corrupção).

Mesmo essas rápidas observações permitem entender a eleição de ilustres desconhecidos e pessoas reconhecidamente inaptas para o desempenho de um mandato parlamentar ou qualquer posto de maior responsabilidade e que requeira um mínimo de conhecimento e raciocínio. Com o volume certo de recursos e os operadores hábeis é viável eleger, como parlamentar, qualquer pessoa, rigorosamente qualquer pessoa (João, Pedro, Paulo, Periquito, Papagaio, etc, etc, etc).

Mas o pior vem depois. A parte mais triste, mais medonha, mais horrorosa desse filme de terror está reservada para o exercício do mandato parlamentar. Se o eleito literalmente comprou seus votos, não tem compromisso ou satisfação a dar a ninguém. Nessas circunstâncias, o desempenho do mandato parlamentar se transforma numa sucessão de negociações, boa parte delas claramente ilícitas (negociatas), voltadas para obtenção de todas as vantagens possíveis e imagináveis. Existe, é fácil de perceber com o acompanhamento do noticiário, mesmo da grande imprensa, uma frenética atividade relacionada com emendas ao orçamento, liberação de verbas, convênios, compras diretas (com e sem contratos) e licitações (de bens, serviços e obras). Como instrumentos para viabilizar essas movimentações observamos a “necessária” indicação de pessoas de confiança para cargos comissionados viabilizadores dos procedimentos administrativos de interesse (são as “pessoas certas” nos “lugares certos”).

**OUTRA MANIFESTAÇÃO
PROFUNDAMENTE
REPROVÁVEL
DOS MANDATOS
DECORRENTES DE
“VOTOS FISIOLÓGICOS”
É A ADEÇÃO, VIA DE
REGRA, AOS INTERESSES
SOCIOECONÔMICOS
MAIS ELITISTAS.**

Esses parlamentares, na maioria dos casos, dão sustentação política para a construção e manutenção de trilionários mecanismos de transferência de riqueza do conjunto da sociedade (mais de 99% da população) para uma minoria de privilegiados (menos de 1% da população). Esses instrumentos se manifestam de diver-

sas formas. Entre outros, podem ser destacadas: a) tributação preponderante do consumo de mercadorias e serviços; b) juros estratosféricos (o Estado, as famílias e as empresas pagam cerca de 1,5 trilhão de reais de juros anuais para os bancos no Brasil); c) benefícios fiscais; d) subsídios; e) sonegação fiscal e f) transferência de recursos para paraísos fiscais (calcula-se que um punhado de brasileiros possuem depósitos da ordem de 2,5 trilhões de reais por lá). Nessa linha, são dados votos para toda sorte de proposições legislativas voltadas para restringir direitos sociais e viabilizar uma forte concentração de riqueza com a manutenção e ampliação de iníquas desigualdades socioeconômicas (Reforma da Previdência, Reforma Administrativa, Reforma Trabalhista, Teto de Gastos Sociais, etc, etc, etc).



**OS TRÊS
TIPOS DE
FISIOLOGISMOS
MAIS LEVES**

Pretende-se, agora, em linhas gerais, discorrer sobre três tipos de fisiologismos mais leves e muito comuns no universo das campanhas eleitorais nesta quadra da história do Brasil.



São eles: a) os voltados para a formação de grupos políticos; b) os criados a partir da distribuição enviesada de recursos decorrentes de emendas parlamentares e c) aqueles constituídos por forte inspiração corporativa ou institucional, em especial a religiosa.

O “fisiologismo pesado” (ou hard), em regra, envolve troca de favores pessoais e benefícios a interesses privados. Pode-se afirmar que os ganhos, pecuniários ou facilmente mensuráveis em dinheiro, são imediatos ou usufruídos a curto prazo. Esse é justamente um traço geral que diferencia o “fisiologismo hard” do “fisiologismo soft”. Esse último trabalha, como padrão geral, com benefícios obtidos a médio prazo ou de forma contínua.

No “fisiologismo leve” de formação de grupos políticos temos um certo número de pessoas, com um líder político bem identificado, normalmente um detentor de mandato ou postulante ao cargo eletivo, que atua em conjunto e se ajuda mutuamente. Essas pessoas ocupam postos chaves e de confiança no processo eleitoral (tesoureiro, coordenação de cabos eleitorais, organização de eventos, cadastramento de apoiadores, distribuição de material de propaganda, material de construção, cestas básicas, etc, etc, etc). Também são os primeiros a serem indicados para ocupação de cargos comissionados, desde os mais modestos (secretárias/os, motoristas, assessores) até aqueles com poder de decisão e capacidade de

gerar votos e recursos financeiros de forma lícita ou ilícita (superfaturamentos, sobrepreços, direcionamento de fornecedores, fiscalização irregular, convênios deturpados, “pedágios”, etc, etc, etc).

No “fisiologismo” relacionado com emendas parlamentares as relações são mais fluídas ou tênues, afastados os casos de malversações escancaradas quando não existem efetivamente projetos em execução ou quando a execução é propositalmente parcial para gerar uma “sobra” a ser apropriada indevidamente. Nesse campo, os parlamentares escolhem, por critérios nem sempre claros ou republicanos, projetos ou entidades para receber quantias decorrentes de emendas ao orçamento público. Formam-se, a partir daí, vínculos políticos de dependência e ajuda normalmente traduzidos em apoio eleitoral para o parlamentar e seus indicados.

Registro, aqui, minhas fortes resistências pessoais a ideia de destinação direta de verbas públicas por parlamentares para projetos e entidades específicas.

Creio que a interferência parlamentar mais salutar e republicana deveria se dar somente no plano das grandes prioridades de alocação dos recursos públicos no âmbito do debate orçamentário. Assim, não seria afetada a importantíssima função fiscalizatória do parlamentar.

Temos, ainda, o fisiologismo de fundo corporativo ou institucional. Nessa seara, os parlamentares são escolhidos para garantir e ampliar espaços, direitos e até privilégios de certos segmentos sociais. Em regra, os eleitos nos meios policiais (um exemplo) buscam justamente fortalecer, em várias vertentes, as carreiras e órgãos de que fazem parte (suas origens). O voto é “trocado” por essa busca de “prestígio” a ser traduzido em benefícios auferidos em razão da titularidade de certos cargos integrantes de determinadas carreiras.

Existe um tipo de fisiologismo corporativo ou institucional que merece especial atenção. Trata-se daquele plasmado nas esferas das organizações religiosas, notadamente evangélicas. Nesses casos, o voto é “trocado” pela perspectiva de fortalecimento da “obra divina” e, assim, lograr o afastamento ou combate do mal, representado pela “ideologia esquerdista”, pintada como inimiga da família, da pátria, da ordem, dos bons costumes e favorecedora do gayzismo, do comunismo, da bandidagem, do sexo livre e todas as degenerações satânicas possíveis e imagináveis. Percebe-se, claramente, que as bancadas “da bíblia”, em linhas gerais: a) engrossam o caldo de um conservadorismo dos mais repugnantes (base para toda sorte de discriminações e preconceitos) e b) estão associadas às propostas mais retrógradas no campo das definições socioeconômicas relacionadas com a justiça e a desigualdade. Infelizmente, o que seria profundamente libertador e transformador, a partir da dimensão espiritual, notadamente em função da prevalência dos valores da compreensão, acolhimento e solidariedade, tanto no plano indivi-

dual como no coletivo, se perde numa artificial, indigente e maniqueísta luta do bem contra o mal.

Não posso deixar de registrar, com profunda tristeza, a postura de milhares de religiosos (pastores, missionários, etc) e milhões de pessoas (crentes, devotos, etc), autodenominados cristãos, que esquecem as mais nobres lições de Jesus, especialmente as revoluções do amor e do perdão, para, em nome de Cristo e de Deus, destilar todo tipo de ódio, truculência e violência (física e simbólica), inclusive com apoio até mesmo à tortura (uma das maiores indignidades possíveis observadas no convívio humano).

Existe uma dimensão particularmente perversa no conservadorismo subjacente ao fisiologismo religioso. As ideias de ordem, segurança e uniformidade social, em especial a padronização de costumes, capturam a insatisfação difusa com uma sociedade opressora, injusta e “desorganizada”.

O apelo presente no conservadorismo religioso é muito forte e sedutor. Trata-se de uma promessa de solução imediata das mazelas com base na força e na autoridade exacerbada (autoritarismo).

Nesse contexto, somente uma boa dose de consciência política, em certa medida dependente de uma considerável formação educacional para cidadania, seria capaz de identificar a ilusão irrealizável.

SEGUNDO VÁRIAS PESQUISAS E ANÁLISES, AS CANDIDATURAS EVANGÉLICAS CRESCEM APROXIMADAMENTE 20% A CADA PLEITO MUNICIPAL E DE 5 A 10% A CADA PLEITO NACIONAL. POR OUTRO LADO, EM 30 ANOS, O PERCENTUAL DE EVANGÉLICOS PASSOU DE 6,6% NA DÉCADA DE 1980 PARA 22,2%.

O incremento foi calculado em cerca de 16 milhões de pessoas. Algumas avaliações por amostragem indicam a presença de 31% de evangélicos na população acima de 16 anos. Aponta-se, ademais, a formação de um verdadeiro cinturão evangélico retrógrado (mais do que conservador) nas periferias urbanas do Brasil no seio da população de baixa renda (fonte: outras-palavras.net).

Esses fisiologismos mais tênues, mais sutis, mais leves precisam ser superados em favor de escolhas mais conscientes e mais abrangentes acerca do exercício de mandatos parlamentares. Com efeito, as decisões a serem adotadas no curso de um mandato parlamentar estão relacionadas com a alocação de recursos orçamentários, implementação de políticas públicas, definições de política tributária, organização e funcionamento da Administração Pública, mecanismos de controle da corrupção e malversações de várias naturezas, entre outras questões relevantes. São definições diretamente relacionadas com os grandes problemas nacionais, regionais e locais. Em suma, são decisões voltadas para acelerar ou retardar a construção de uma sociedade livre, justa e sustentável.



O VOTO DE OPINIÃO

Paralelamente às campanhas baseadas no “voto fisiológico” existe outro tipo de campanha eleitoral, caracterizado pelo “voto de opinião”.



Nesse caso, a preferência pelo candidato A ou B não está lastreada numa troca de benefícios ou vantagens e recursos pecuniários mais significativos não são decisivos. O eleitor, via de regra, presta atenção e define o seu sufrágio em função: a) de propostas programáticas e b) pela trajetória de vida do candidato que demonstra as habilidades técnicas e políticas para efetivar as proposições de campanha. Em inúmeras situações, o desempenho anterior de mandato parlamentar é fundamental na decisão. A participação ativa na vida sindical, em associações de classe e organizações não-governamentais de uma forma geral são elementos muito valorizados.

Existe uma questão de fundo a ser considerada. De forma consciente, ou não, o eleitor do “voto de opinião” avalia os candidatos a partir da posição assumida no complexo e intenso “jogo” de interesses socioeconômicos existente na sociedade. Assim, a campanha eleitoral baseada no “voto de opinião” resulta, se vitoriosa, num mandato parlamentar comprometido com visões programáticas (ou político-ideológicas) mais liberais ou individuais (ou identificadas com a “livre iniciativa”) ou mais intervencionistas ou coletivas (ou de maior prestígio aos “valores sociais do trabalho”). A menor ou maior presença do Estado, particularmente em atividades econômicas, e mesmo em serviços públicos, são balizadores de posições bem definidas e distintas.

As visões, com consideráveis variações, voltadas para o coletivo, para a justiça social e o combate às desigualdades socioeconômicas, notadamente num país profundamente desigual como o Brasil apontam para atuações e posicionamentos parlamentares comprometidos com a ampliação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, mobilidade, cultura, esportes, segurança social, assistência social, entre outras. Busca-se, nessa linha, a conformação de um Serviço Público (ou Administração Pública) fundado no profissionalismo republicano que responda, com eficiência, às demandas da sociedade. Existe toda uma preocupação com a redistribuição de renda e formação de um mercado consumidor forte e gerador de um círculo virtuoso da atividade econômica com geração de empregos e tributação justa não concentrada no consumo de bens e serviços (e sim, na propriedade e manifestações significativas de riquezas). Os profundos malefícios do rentismo e da espoliação realizada pelo mercado financeiro são fortemente combatidos. O respeito às várias minorias, a valorização da diversidade e o combate aos diversos tipos de preconceitos são pontos especialmente relevantes. A noção de sustentabilidade, notadamente ambiental, recebe relevante atenção diante da profunda crise climática que ameaça a vida no planeta.

É justamente no âmbito do “voto de opinião” que se localiza um dos maiores desafios políticos da atualidade.

Como superar ou resolver a crise da democracia representativa? Afinal, admite-se amplamente, no contexto de sociedades cada vez mais complexas e plurais: a) a existência de um descompasso entre as atuações dos representantes e a vontade dos representados e b) a distância entre os representantes e os representados, caracterizada pela ausência de canais de diálogo e participação nos processos decisórios.

O debate em torno da crise da democracia representativa parece indicar certos rumos, mas ainda com forte carência de fórmulas mais robustas ou operacionais. Apontam-se como caminhos a serem trilhados: a) superação de atuações estritamente individuais; b) forte mitigação de relações hierarquizadas e burocratizadas; c) construção de espaços de debate e deliberação coletivos e marcados pela diversidade social e d) utilização intensiva dos modernos meios de comunicação eletrônica organizados em redes.

Nessa linha, os mandatos coletivos, também chamados de “compartilhados”, surgem como uma importante inovação no campo da representatividade política. Apesar da ausência de regras ou padrões bem definidos, essas experiências são caracterizadas pela circunstância de que o eleito divide (ou compartilha) a parcela de poder parlamentar com um grupo de pessoas (o número de participantes e a extensão da diversidade são decisões do conjunto de cidadãos que se agrupam com essa finalidade). Esse coletivo se forma e atua desde a campanha eleitoral. Nesse sentido, os integrantes do grupo são identificados como co-candidatos.

As experiências com mandatos coletivos ganham força continuamente. A nítida demonstração dessa última afirmação pode ser observada no reconhecimento expresso dos mandatos coletivos ou compartilhados pela ordem jurídica. Com efeito, a Resolução n. 23.675, de 16 de dezembro de 2021, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, veiculou comando normativo com a seguinte redação:

“no caso de candidaturas promovidas coletivamente, a candidata ou o candidato poderá, na composição de seu nome para a urna, apor ao nome pelo qual se identifica individualmente a designação do grupo ou coletivo social que apoia sua candidatura, respeitado o limite máximo de caracteres”.

Outra ideia promissora, voltada para democratizar o exercício da representação político-parlamentar, consiste na formação, já na campanha eleitoral, de uma espécie de conselho ou comitê de monitoramento ou acompanhamento do exercício do mandato parlamentar. Composto por pessoas representativas de vários segmentos sociais, um colegiado dessa natureza pode: a) manter o mandato fiel ao programa apresentado na campanha; b) zelar pela adoção das melhores práticas políticas, em especial aquelas voltadas para a transparência e intenso diálogo público e c) adotar certas decisões no âmbito do exercício do mandato, respeitados os programas dos partidos políticos dos eleitos.

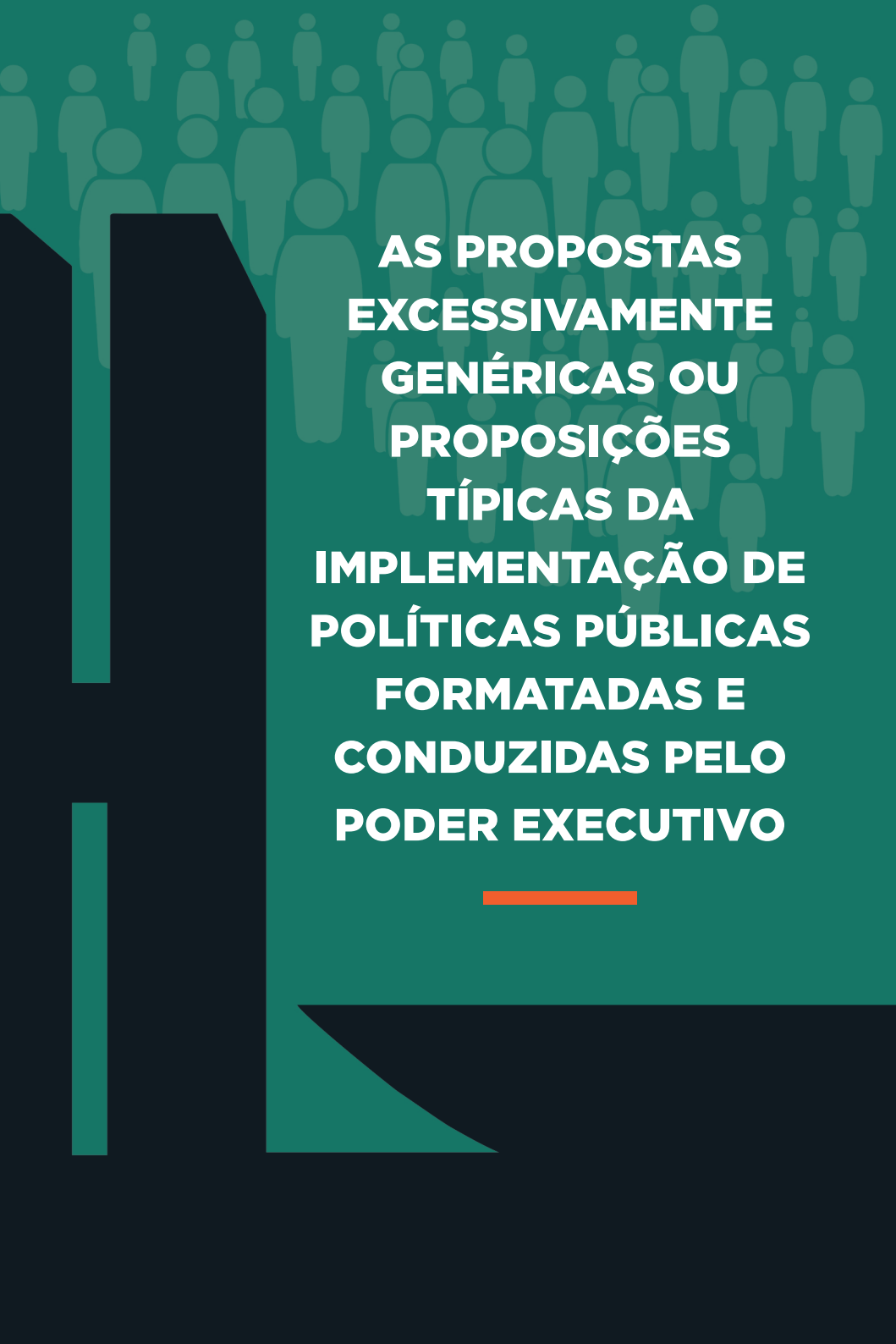
Destaco a importância de mecanismos de controle e acompanhamento dos mandatos obtidos com base no “voto de opinião”. Como destaquei anteriormente, existem expedientes profundamente deletérios em curso no Parlamento

brasileiro. Com efeito, as emendas orçamentárias impositivas e até aquelas integrantes do “orçamento secreto” (bilionário mecanismo de malversação de recursos públicos inventado pela associação Centrão-Bolsonaro), por força do art. 29 da Lei n. 13.019, de 2014, podem direcionar o dinheiro público para entidades do terceiro setor sem o crivo de processos seletivos e impessoais. Em outras palavras, os parlamentares podem escolher livremente os beneficiários de significativos repasses financeiros. Assim, prevalecem, contra o interesse da coletividade e o planejamento das políticas públicas, toda sorte de interesses escusos, pessoais, paroquiais, eleitoreiros, etc, etc, etc.

Não custa sublinhar que esses mecanismos de execução das emendas parlamentares ao orçamento, com a perversa caracterização de serem gastos praticamente privados viabilizados pelo exercício de mandatos eletivos, funcionam como potentes instrumentos de desequilíbrio da disputa por postos legislativos.

INFELIZMENTE, O CHAMADO “VOTO DE OPINIÃO” AINDA É MINORITÁRIO NA REALIDADE ELEITORAL BRASILEIRA. PREVALECEM, NESSE CENÁRIO, OS VÁRIOS TIPOS DE “VOTOS FISIOLÓGICOS”, COMO DESTACADO NOS ESCRITOS ANTERIORES.

Precisamos, como sociedade, investir muito em educação, conscientização política, organização social e mobilização dos interesses democráticos e populares para superação das mazelas eleitorais e, também, socioeconômicas.



**AS PROPOSTAS
EXCESSIVAMENTE
GENÉRICAS OU
PROPOSIÇÕES
TÍPICAS DA
IMPLEMENTAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
FORMATADAS E
CONDUZIDAS PELO
PODER EXECUTIVO**

No campo do “voto de opinião” existe um comportamento, marcado pela boa-fé, que reclama uma especial atenção.



Refiro-me aos candidatos a cargos parlamentares que apresentam propostas excessivamente genéricas ou proposições típicas da implementação de políticas públicas formatadas e conduzidas pelo Poder Executivo. Eis alguns exemplos: a) “em defesa da educação”; b) “pela saúde da população”. c) “empregabilidade”; d) “segurança com policiamento constante”; e) “direitos dos trabalhadores garantidos” e f) “transporte público acessível para todos”.

Ocorre que no exercício dos mandatos parlamentares não se dispõe de instrumentos para realização abrangente ou direta de políticas públicas. Mesmo as emendas ao orçamento, apresentadas pelos parlamentares, são pontuais. Percebe-se, mesmo entre os postulantes a cargos no parlamento, uma considerável dificuldade de entender o papel e a extensão da atuação do vereador, deputado (estadual ou distrital) ou senador.

O parlamentar atua fundamentalmente na tomada de decisões mais estratégicas. Com algumas exceções, como a atuação em comissões de inquérito, a realização de pronunciamentos e a participação em audiências, a atividade parlamentar envolve basicamente a tomada de decisões em torno da formação e alteração da ordem jurídica. Alguns exemplos são ilustrativos, consideradas as competências federais, estaduais, distritais e municipais: a) votação das leis orçamentárias (e, portanto, definição

das prioridades de realização de gastos públicos); b) deliberação acerca dos atingidos pela tributação e os níveis incidentes; c) fixação da organização da Administração Pública e d) estabelecimento de diretrizes para a execução das políticas nas áreas de educação, saúde, cultura, mobilidade e tantas outras.

Vejamos um exemplo recente e emblemático. Em relação a esse assunto, assim como inúmeros outros, os parlamentares federais foram chamados a decidir no curso do processo de elaboração da legislação (a função primordial do detentor de mandato eletivo). Ao decidir, o parlamentar “escolheu um lado” na disputa de interesses subjacente à definição plasmada no futuro diploma legal.

No dia 1º de junho de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou, no âmbito do Projeto de Lei n. 4.188, de 2021, de autoria do (des)governo Bolsonaro, uma proposta que permite que bancos e instituições financeiras possam penhorar o único imóvel, mesmo residencial, de uma família para quitar dívidas.

A medida pretende superar a impenhorabilidade desse tipo de imóvel prevista na Lei n. 8.009, de 1990. Portanto, tínhamos (e ainda temos, até a conclusão do processo legislativo) uma preferência dada ao direito de moradia, frente ao direito de crédito, que já vigorava por mais de 30

(trinta) anos. A justificativa governamental de que o projeto reduzirá juros e garantir mais crédito barato é risível.

Esse tema é especialmente importante porque guarda estreita relação com o principal mecanismo de produção de desigualdades socioeconômicas no Brasil. Afinal, o rentismo na atual quadra brasileira consegue produzir uma transferência de riqueza da ordem de 1,5 trilhão de reais do Poder Público, das famílias e das empresas para um punhado bem pequeno de privilegiados. São dois os elementos a serem considerados: a) o grau altíssimo de endividamento e b) as taxas de juros elevadíssimas (as maiores do mundo).

Somam-se a esse quadro: a) uma inflação significativa e crescente (em grande parte decorrente da política de preços para os combustíveis claramente contrária aos interesses nacionais, da maioria da população e em afronta aberta à Constituição); b) altos níveis de desemprego; c) um mercado consumidor relativamente pequeno e d) um (des)governo autoritário, fomentador de discriminações e voltado para atender os interesses dos privilegiados de sempre. Temos, então, uma “tempestade perfeita” onde direitos sociais são restringidos ou negados, políticas públicas de proteção dos mais vulneráveis são desarticuladas, a miséria e a fome crescem consideravelmente, as manifestações culturais são menosprezadas e tantas outras consequências nefastas são verificadas.

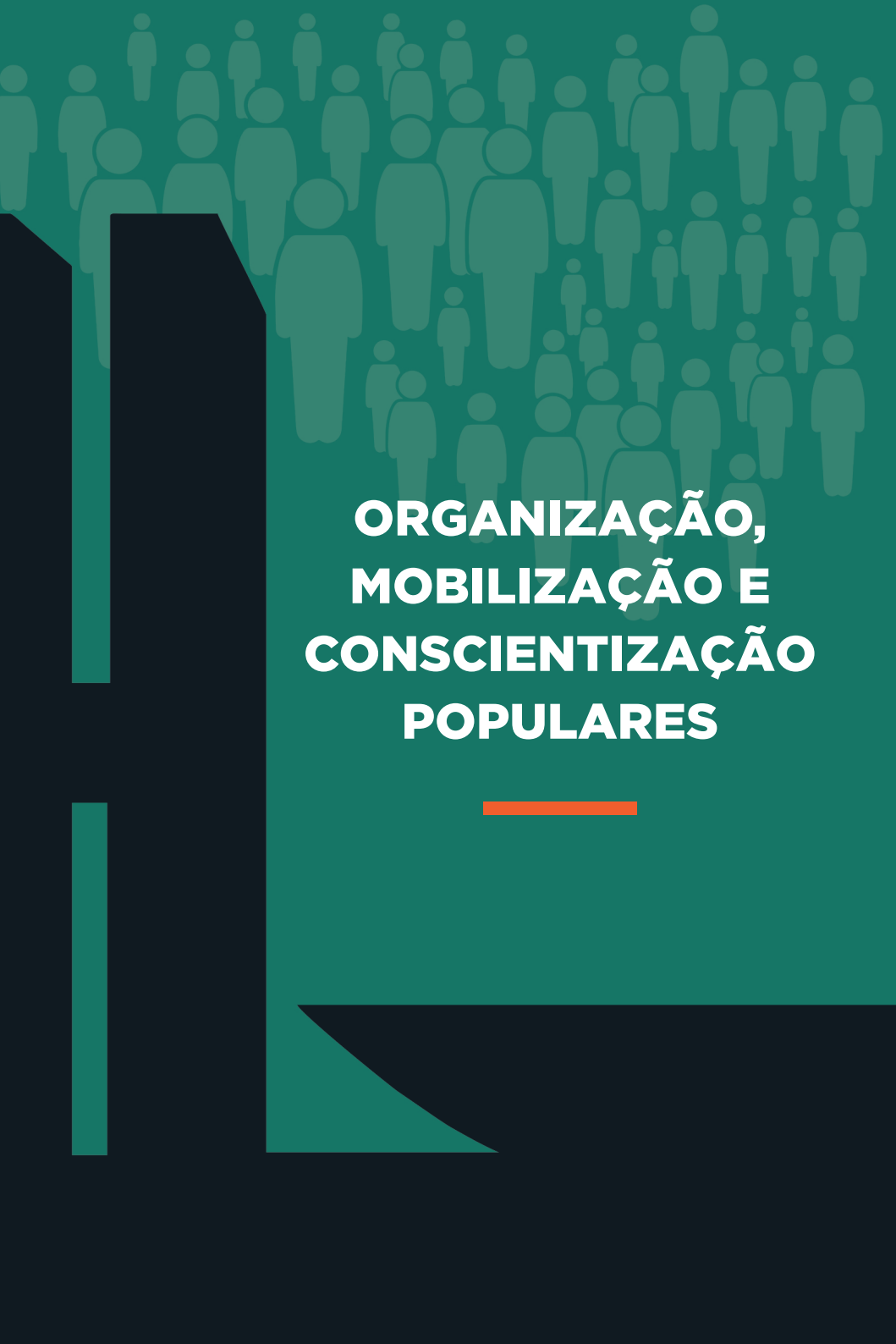
Nesse sentido, é preciso que o candidato (do “voto de opinião”) formule ou apresente um programa de atuação parlamentar mais detalhado ou específico, em linha

com a agremiação partidária a que pertença, para que se possa identificar os critérios e valores a serem utilizados no momento do voto ou da decisão no âmbito do exercício do mandato.

**AFINAL, A POLÍTICA É NA
ESSÊNCIA UM EXERCÍCIO DE
ESCOLHAS OU, EM OUTRAS
PALAVRAS, UMA FORMA
DE MEDIAÇÃO ENTRE OS
GRANDES INTERESSES
EXISTENTES NA SOCIEDADE.**

Na perspectiva do eleitor é preciso identificar como o parlamentar se comportará nos vários conflitos estabelecidos ou que venham a existir. Quais os interesses a serem defendidos? Qual o lado a ser adotado? Quais os modelos de atuação estatal a serem prestigiados? Essas e várias outras questões precisam ser verificadas ou analisadas pelo eleitor.

Em suma, a escolha do candidato é algo muito relevante. As decisões a serem tomadas no exercício do mandato parlamentar, notadamente as leis aprovadas ou modificadas, afetarão a vida de todas as pessoas nos mais variados sentidos e intensidades possíveis.



**ORGANIZAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO
POPULARES**

A construção de uma sociedade livre, justa e sustentável, com erradicação da pobreza, redução das desigualdades e supressão de preconceitos e discriminações (artigo terceiro da Constituição), exige a inversão do panorama eleitoral preponderante desenhado nos escritos anteriores.



É preciso, para consecução dos nobres fins apontados, que o “voto fisiológico” seja minoritário e, no limite, alcance a posição de ser meramente residual. Com efeito, as profundas transformações necessárias para colocar a sociedade brasileira em patamares civilizatórios minimamente aceitáveis reclama escolhas eleitorais conscientes e definidas pelo compromisso de realização de decisões e políticas públicas planejadas, executadas e controladas segundo padrões científicos, republicanos e comprometidos com os interesses da maioria dos brasileiros.

Os países mais igualitários são justamente aqueles onde se verifica a preponderância do “voto de opinião”. Observam-se, inclusive, intensos debates acerca do papel do Estado, seu “tamanho” e a extensão das políticas públicas. Parece fora de dúvida que a concretização dos direitos sociais, materializados numa vida minimamente digna, decorre de pressões políticas significativas dos segmentos destinatários desses mesmos direitos. Afinal, a construção dos instrumentos, estatais ou não, viabilizadores de um ambiente de bem-estar social está inserida no intenso jogo de interesses socioeconômicos. E boa parte desses interesses são mutuamente excludentes, a exemplo da alocação dos recursos orçamentários. A compra e venda de votos e expedientes correlatos seguramente não garantem ou viabilizam um ambiente de superação de desigualdades e opressões. Pelo contrário, o “voto comprado” gera um polí-

tico, notadamente um parlamentar, praticamente imune às pressões dos eleitores e da opinião pública.

Como fazer a inversão? Como transformar o “voto de opinião” em algo majoritário ou preponderante e reduzir continuamente o deletério espaço de atuação do “voto fisiológico”?

Primeiro, parece ser o caso de sublinhar o que não funciona (ou não funcionará). Os grandes problemas no Brasil não serão resolvidos por mitos, super-heróis, salvadores da Pátria, escolhidos por Deus ou coisa parecida. Ninguém, rigorosamente ninguém, detém poderes mágicos ou sobrenaturais para modificar, por sua ação individual, uma realidade extremamente complexa de um país com mais de 200 milhões de habitantes. Também não serão resolvidas as graves mazelas brasileiras com o recurso a soluções golpistas ou autoritárias. A supressão da democracia e o fechamento de instituições opera no campo das intermediações políticas e não afeta os mecanismos institucionalizados viabilizadores de desigualdades e opressões. A ausência de um ambiente democrático, de transparência e de controle social ocultaria, com mais propriedade, ações elitistas e criadoras de toda sorte de privilégios.

Segundo, também parece não ser efetivo o caminho da confiança platônica nas instituições estatais para operar mudanças profundas na realidade social. A história demonstra que, em regra, as instâncias do Poder

Público são capturadas pelos interesses em conflito na sociedade como forma especialmente eficiente de realização desses mesmos interesses. Simplesmente votar e aguardar modificações substanciais da realidade socioeconômica certamente se caracteriza como uma postura excessivamente ingênua.

O caminho, a rigor o único caminho aceitável (não é autoritário, nem messiânico), é demorado e trabalhoso. Trata-se de percorrer uma trilha marcada por altas e energéticas doses de conscientização, organização e mobilização políticas. A participação política (a dimensão política da vida) não é um luxo, um capricho ou coisa de “doído”. Afinal, como já foi dito com muita propriedade, quem não se interessa por política será governado (e terá sua vida afetada) por quem se interessa (para perseguir quais objetivos no complexo jogo das forças socioeconômicas?).

Existe um virtual consenso no sentido que de as ferramentas educacionais possuem estratégicas perspectivas emancipatórias, notadamente num mundo onde o conhecimento é o principal motor do desenvolvimento (tendo deixado para trás a máquina e a terra como fatores primordiais de geração de riquezas).

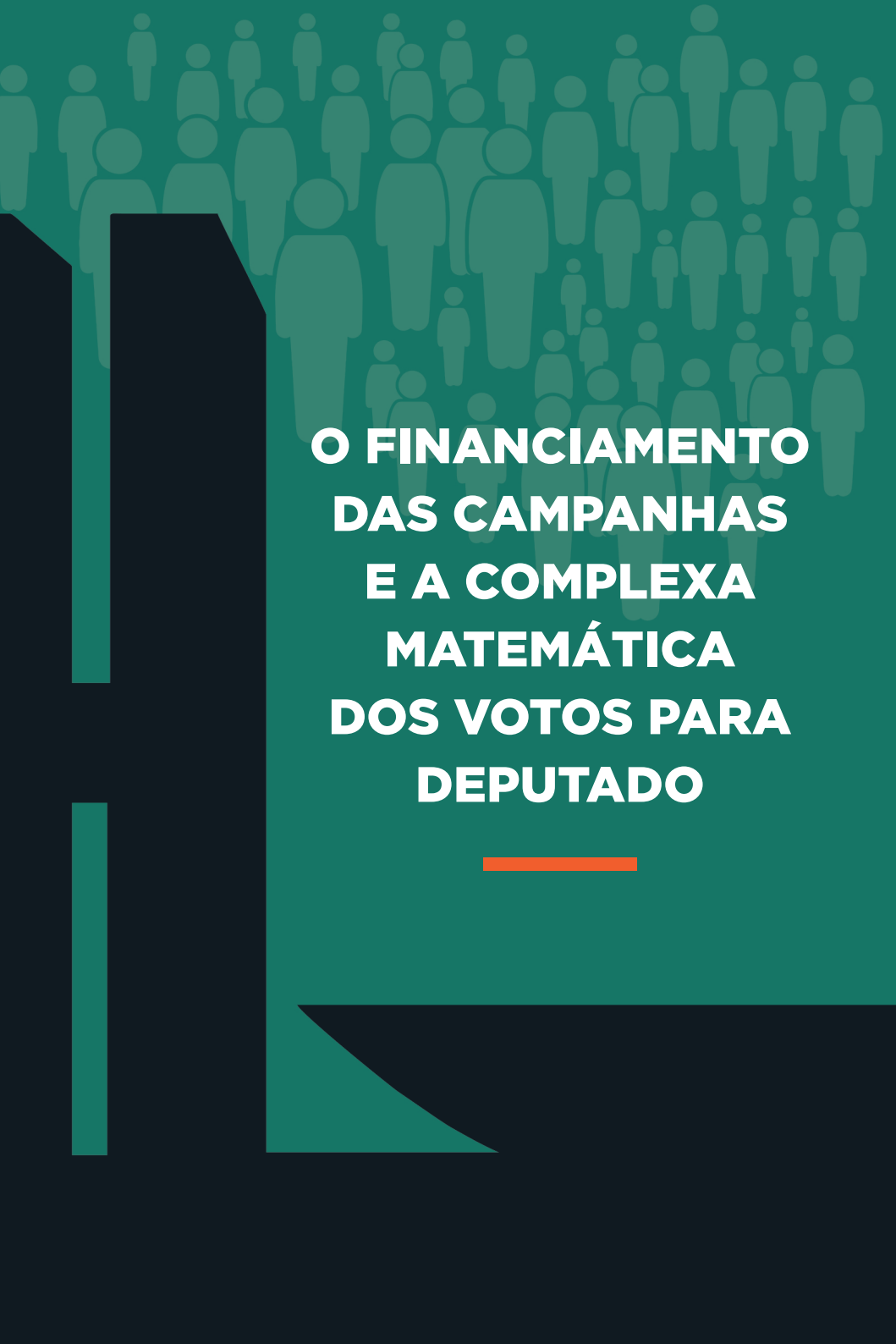
Portanto, são cruciais os investimentos adequados em: a) remuneração digna dos professores; b) espaços físi-

cos modernos e funcionais; c) equipamentos ajustados ao mundo digital; d) escolas de tempo integral contemplando as vertentes cultural e esportiva da formação estudantil; e) currículos humanistas, voltados para o pensamento crítico e para as competências do atual mundo do trabalho; f) métodos pedagógicos inovadores e atraentes descolados na clássica ênfase na memorização e g) gestão administrativa democrática e eficiente de todos os componentes envolvidos no processo educacional, inclusive com a federalização da educação básica (uma antiga bandeira do destacado educador Cristóvam Buarque).

**OUTRO ELEMENTO
FUNDAMENTAL PARA A
CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE
POLÍTICO VOLTADO PARA
AS TRANSFORMAÇÕES
SUPERADORAS DE
DESIGUALDADES, OPRESSÕES
E DISCRIMINAÇÕES CONSISTE
NA DEMOCRATIZAÇÃO
ECONÔMICA DOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO DE MASSA.**

Esse movimento não tem nada a ver com censura. Trata-se de garantir o pluralismo político previsto expressamente na Constituição (artigo primeiro, inciso quinto). Nesse sentido, as “redações” (espaços organizados de construção das notícias) são “sagradas”. O problema está do lado de fora das “redações”. Cum-

pre viabilizar o maior número possível de “redações” com as mais variadas visões culturais, políticas e ideológicas e o rico e profundo debate entre elas. Ademais, seria preciso conter, via regulação, a formação de grupos econômicos com força demasiada no controle, local, regional ou nacional, dos meios de comunicação.



**O FINANCIAMENTO
DAS CAMPANHAS
E A COMPLEXA
MATEMÁTICA
DOS VOTOS PARA
DEPUTADO**

Importa, agora, identificar os principais traços definidores dos critérios para consagração dos parlamentares vitoriosos no pleito eleitoral de outubro de 2022.



São dois conjuntos básicos de considerações: a) o financiamento das campanhas e b) como o voto do eleitor será contabilizado.

Em matéria de financiamento, o fundo eleitoral distribuirá recursos com base no tamanho das bancadas parlamentares federais. Para as eleições de 2022 serão utilizados 4,9 bilhões de reais. Percebe-se um excesso considerável para uma boa parte das agremiações políticas contempladas (União Brasil: 782,5 milhões; PT: 503,4 milhões; MDB: 363,2 milhões; PSD: 349,4 milhões; PP: 344,8 milhões, entre outras). O financiamento das campanhas eleitorais deve ser público para evitar a influência indevida do poder econômico, notadamente das empresas de maior porte.

Entretanto, o custo das campanhas deveria ser modesto em respeito ao eleitor e a situação financeira do País. Ademais, não há necessidade de campanhas pirotécnicas ou com volumes altos de recursos.

Essa situação se presta a todo tipo de malversação, passando por candidaturas meramente formais (para amealhar os recursos financeiros) até as despesas fictícias que escondem desvio das verbas eleitorais.

A verificação dos eleitos é uma questão que envolve várias dificuldades e sensibilidades. Não se utiliza o sistema majoritário (“quem tem mais votos leva”), aplicável para os cargos de Presidente da República, Senadores, Governadores e Prefeitos. E não deve ser usado mesmo. Assim como não é utilizado nas maiores democracias representativas do mundo. O voto para o parlamento não deve ser centrado na pessoa do candidato (“voto personalista”). O chamado sistema proporcional, para escolha de parlamentares, é estruturado para eleger (escolher) visões, projetos e programas voltados para interferir na realidade socioeconômica subjacente.

Assim, é preciso apurar se o partido ou federação atingiu o quociente eleitoral (número de votos válidos dividido pelo número de vagas disponíveis) e quantas vezes atingiu. Por essa via se sabe quantos parlamentares cada partido ou federação ocupará no Poder Legislativo. Oportuno lembrar que não existem mais coligações nas eleições proporcionais. Trata-se de avanço importante para o sentido e a lógica do sistema proporcional e fortalecimento das agremiações partidárias. Evita-se, com essa limitação, que o partido de esquerda A se coligue com o partido de direita B e o eleitor de candidato do partido A termine ajudando a eleger alguém do partido B. Também deve ser registrado que a federação partidária, uma novidade no cenário eleitoral brasileiro não se constitui numa coligação disfarçada. A convivência política por vários anos com a elaboração de programa e direção comuns aproxima semelhantes, não antagônicos.

Voltando a apuração dos eleitos, os mais votados em cada federação ou partido serão vitoriosos segundo o número de vagas conquistadas. Deve ser considerado que o candidato para ser eleito precisa obter pelo menos 10% do quociente eleitoral. Evita-se, por conseguinte, a eleição de alguém com pouquíssimos votos por conta de um “puxador” (um artista, um atleta, uma celebridade ou político muito conhecido). Anote-se que um candidato participa, a rigor, de duas disputas. Ele concorre contra os postulantes de todas os outros partidos e federações e busca, dentro de seu partido ou federação, estar entre os mais votados para ficar com a vaga ou as vagas definidas pelo alcance do quociente eleitoral.

Subsiste o problema dos restos. Essas sobras são frações do quociente eleitoral. Nesse caso, temos uma matemática mais delicada de apuração dos ocupantes das vagas. Em 2022, somente poderão disputar as sobras os partidos ou federações que alcancem no mínimo 80% do quociente eleitoral. Lembrando, ainda, que nesse cenário da contabilização dos restos, somente estará apto o candidato que obtiver uma votação superior a 20% do quociente eleitoral.

Para uma visão mais detalhada da mecânica do sistema proporcional nas eleições de 2022, sobretudo as regras de distribuição das sobras, sugere-se a leitura do artigo “Nova regra complica distribuição de vagas de deputados”, de Jairo Nicolau, disponível no site “poder360.com.br”.

Esse panorama sugere importantes mudanças a serem operadas numa eventual reforma política. As principais medidas a serem consideradas são: a) estabelecer níveis razoáveis (modestos) e mais igualitários para os valores do fundo eleitoral; b) definir padrões espartanos para os gastos de campanha; c) dar adequado e mais generoso tratamento às minorias na apropriação dos restos eleitorais; d) por fim a hipocrisia das pré-campanhas, admitindo que o eleitor tem condições de discernir adequadamente acerca dos candidatos e seus projetos; e) adotar mecanismos de revogação de mandatos (recall); f) contemplar mecanismos de melhoria da representatividade dos eleitos a partir de experiências envolvendo espaços coletivos de deliberação, horizontalidade e organização em rede; g) ampliação da participação e presença parlamentar das mulheres, negros e indígenas e h) mecanismos de fortalecimento dos partidos, inclusive com normas mais rígidas de fidelidade. Nesse último ponto, sustento a ideia de voto somente nos partidos no primeiro turno e formação da lista dos eleitos, com votos nos candidatos, no segundo turno.

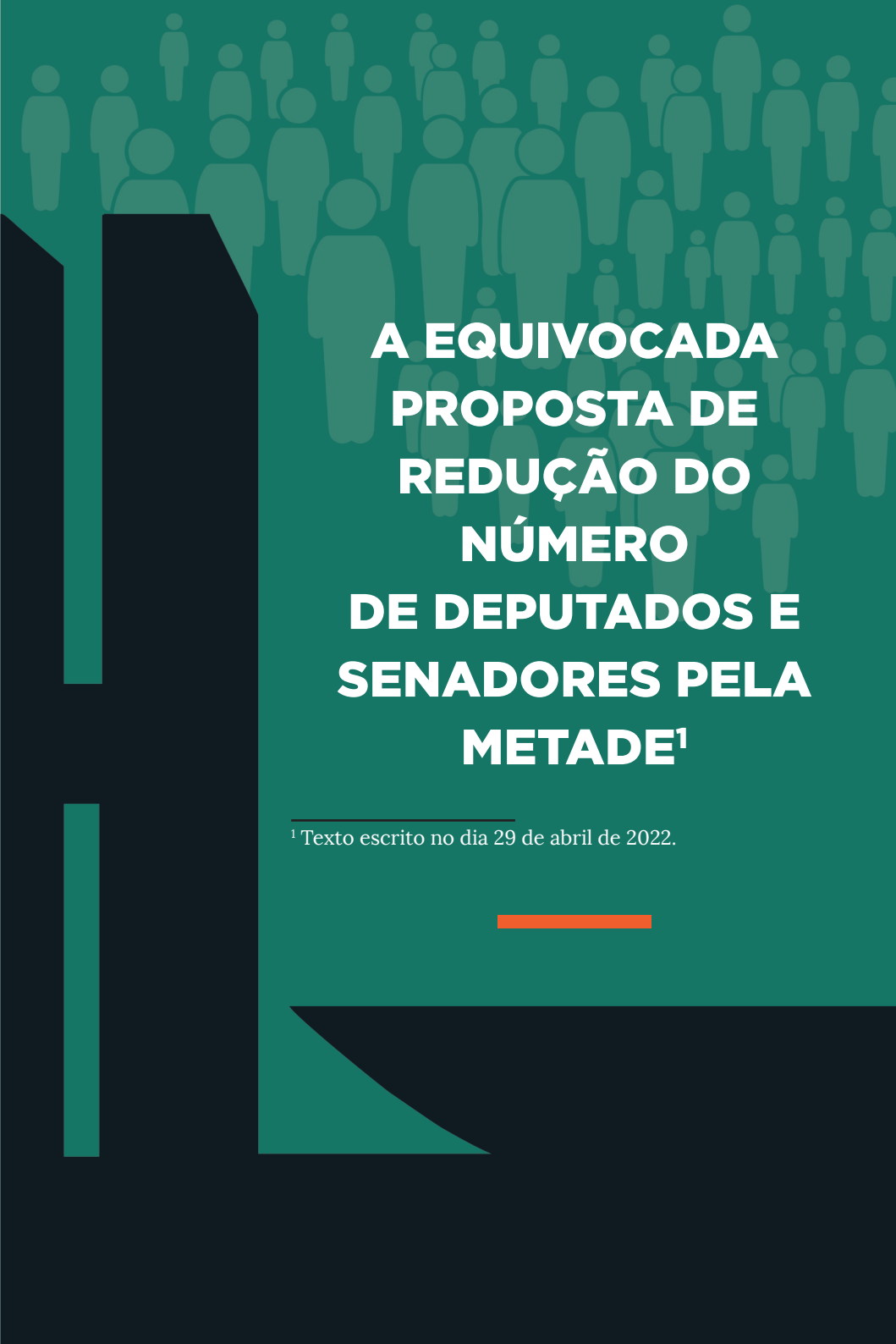


COMO ESCOLHER O SEU DEPUTADO

**Caro eleitor,
considerando tudo
que foi exposto, preste
atenção, por favor, em
relação aos candidatos:**



- a) na trajetória pessoal, profissional e política;
- b) na forma de fazer política e, especialmente a campanha eleitoral;
- c) nas propostas e compromissos apresentados e
- d) sobretudo, nos interesses socioeconômicos defendidos ou representados (em que “lado” está o postulante).

The background features a teal color with a pattern of white and light teal silhouettes of people of various sizes. On the left side, there are large, abstract shapes in black and teal. The main text is centered in white, bold, uppercase letters.

A EQUIVOCADA PROPOSTA DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES PELA METADE¹

¹ Texto escrito no dia 29 de abril de 2022.



Recebi, por mensagem de correio eletrônico, o convite para “engrossar” a campanha em favor da proposta de reduzir pela metade o número de deputados e senadores. A proposição foi posta da seguinte forma:



“CHEGA DE MAMATA DE POLÍTICOS COM O NOSSO DINHEIRO! QUEREMOS QUE NOSSOS IMPOSTOS SEJAM USADOS NA SAÚDE, SEGURANÇA E EDUCAÇÃO!

QUEREMOS A REDUÇÃO PELA METADE DO NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES!

O congresso nacional brasileiro tem atualmente 513 deputados federais e 81 senadores. Somados, nós temos 594 parlamentares que dependem totalmente dos nossos IMPOSTOS.

Com um custo anual de cerca de US\$ 4,4 bilhões de dólares (convertido em reais dá mais de R\$ 20 BILHÕES ANUAIS), conforme dados repassados pela UIP à BBC News Brasil, o parlamento brasileiro é o SEGUNDO MAIS CARO DO MUNDO! Para se ter uma ideia:

1) Um deputado federal tem o custo médio de 182 MIL REAIS POR MÊS!

2) Um senador tem o custo médio mensal de R\$ 165 MIL REAIS POR MÊS!

Caso o número de deputados federais fosse reduzido pela metade, os cofres públicos teriam uma economia mensal de, aproximadamente, 46,5 MILHÕES DE REAIS POR MÊS!!!!

Se o número de senadores fosse reduzido pela metade, a economia seria de cerca de 6,6 MILHÕES MENSAIS POR MÊS!!!!

Esse dinheiro poderia ser investido em benefício do povo brasileiro! Queremos saúde, educação e segurança! É necessário que nós, o povo, nos unamos contra os privilégios políticos!

EXIGIMOS A REDUÇÃO PELA METADE DO NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES!

CHEGA DE MAMATA DE POLÍTICOS COM O NOSSO DINHEIRO! QUEREMOS QUE NOSSOS IMPOSTOS SEJAM USADOS NA SAÚDE, SEGURANÇA E EDUCAÇÃO!”

A proposta parece justa e meritória. Mas, só parece. São basicamente cinco as razões para a rejeição de uma ideia posta nesses termos.

Primeiro, porque dá a impressão que os gastos com os parlamentares “fazem a diferença” ou representam recursos que faltam em áreas essenciais como a saúde, educação e segurança pública.

É importante registrar que o Estado brasileiro experimenta níveis trilionários de arrecadação tributária. Sendo mais preciso, a partir de números oficiais, foram arrecadados 1,971 trilhão de reais em 2021 (fonte: poder360.com.br). Aparentemente, os grandes problemas nas áreas de saúde, educação e segurança pública são fundamentalmente administrativos ou gerenciais. Em outras palavras, estão faltando eficiência e competência na formatação e execução das políticas públicas nessas áreas. Ademais, se faltam recursos suficientes ou mais recursos, para manutenção e ampliação de ações nas áreas sociais, esses estariam travados pelo iníquo teto de gastos definido pela Emenda Constitucional n. 95, de 2016, e por despesas gigantescas em setores como o pagamento do serviço da dívida pública.

Segundo, porque a redução concentra mais poder nas mãos da “metade restante” ou “os que sobram”.

A ciência política moderna aponta para a descentralização e desconcentração do poder como o caminho a ser seguido nas democracias modernas. A clássica tripartição de poder de Montesquieu está fundada justamente nessa premissa. Uma quantidade maior de detentores de poder reduz a parcela desse mesmo poder nas mãos de cada um, individualmente considerado. Assim, ganham mais espaços as negociações (limpas, republicanas e programáticas) e os arranjos (democráticos) para exercício do poder e a tomada de decisões mais plurais e inclusivas.

Terceiro, porque uma proposta consequente teria como alvo o gasto total do Parlamento e não somente o número de seus membros.

Com efeito, podemos aumentar o número de parlamentares e reduzir o custo do Parlamento. Para tanto, é preciso fazer um debate rigoroso sobre o número de assessores, verbas recebidas em razão do exercício do mandato, utilização de veículos, cotas de passagens aéreas e despesas desse gênero. Também devem ser analisados os gastos com a estrutura geral do Parlamento e os itens não diretamente ligados ao exercício parlamentar.

Também devem ser consideradas, pesadas e contidas, quíça extirpadas, as ações deletérias dos parlamentares na seara das finanças públicas. Nesse sentido, um estudo do economista Marcos Mendes aponta que: a) “deputados e senadores brasileiros interferem até 20 vezes mais no

orçamento do que congressistas de nações integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” e b) “as emendas representam 24% das despesas verbas dos ministérios e de investimentos este ano, os gastos discricionários” (fonte: estadao.com.br).

Assim, expedientes como o atual “orçamento secreto”, no montante de 16 bilhões de reais para 2022 (fonte: conjur.com.br), fruto do casamento entre o Centrão e Bolsonaro, possuem potencial muito mais deletério para a “coisa pública” do que as despesas específicas de manutenção das estruturas parlamentares. Com efeito, a pulverização de recursos públicos de forma praticamente livre e sem critérios objetivos produz cenários como a venda de kits de robótica com sobrepreço de 420% para unidades escolares sem computadores, internet e água encanada (fonte: folha.uol.com.br). Duas vítimas não escapam dessa farra: a) o planejamento das políticas públicas, inclusive por conta de um indevido detalhamento da interferência parlamentar nas questões orçamentárias e b) a regularidade da despesa pública (já que os caminhos para a corrupção são abertos ou escancarados).

Quarto, a redução do número de parlamentares potencializa candidaturas e campanhas mais fisiológicas, baseadas na contratação interesseira de cabos eleitorais, “compra” de apoios de lideranças comunitárias e afins e promessas de vantagens imediatas

descoladas de políticas públicas e do equacionamento dos grandes problemas locais, regionais e nacionais.

Parece evidente que o chamado “voto de opinião”, fundado em propostas programáticas e trajetórias de vida que demonstrem as habilidades técnicas e políticas para instrumentalizá-las, dados os insatisfatórios níveis de conscientização, mobilização e organização da sociedade e seus setores mais consequentes, perderia espaço para as práticas eleitorais mais nefastas.

Quinto, parece, com a proposta destacada, que os grandes problemas do Brasil decorrem da existência da classe política.

Importa registrar que não existe sociedade humana civilizada sem ação política. Trata-se da inafastável instância para mediação dos mais variados interesses socioeconômicos. Esses interesses de fundo são os mais relevantes e responsáveis por conduzir e pautar a política. Observe-se um dado bem emblemático acerca da afirmação anterior. As altíssimas taxas de juros praticadas no Brasil e o enorme endividamento do Estado, das famílias e das empresas conduzem a transferência anual de algo em torno de 1,5 trilhão de reais do conjunto da sociedade (mais de 99%) para uma minoria de privilegiados (menos de 1%). Esse elemento estrutural de construção da profunda desigualdade brasileira subsiste por várias décadas

ou várias legislaturas (renovação do conjunto de políticos-parlamentares de quatro em quatro anos).

UM ASPECTO IMPORTANTE PRECISA SER DESTACADO. NO BRASIL ATUAL PREDOMINA (MAS NÃO É EXCLUSIVA) UMA ATUAÇÃO POLÍTICO-PARLAMENTAR COMPLETAMENTE LIVRE E DESCOMPROMETIDA COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ELEITORES.

Assim, parece mais efetivo que a redução pura e simples do número de deputados e senadores, a criação de uma cultura de acompanhamento estrito dos desempenhos parlamentares. Um bom instrumento para efetivar essa ideia, verdadeiro reforço e resgate da democracia representativa, em considerável crise, consiste na criação e funcionamento regular de

conselhos ou comitês de acompanhamento e consulta dos mandatos parlamentares.

Em suma, e muito sumariamente, é preciso estudar e analisar a realidade com o devido cuidado. As soluções para os grandes problemas brasileiros reclamam diagnóstico adequado e fuga de discursos e posturas fáceis, superficiais e equivocadas, não obstante algum apelo popular por força de falsas imagens desenhadas pela grande imprensa e por uma justa revolta com a ineficiência dos poderes constituídos. O equacionamento das principais mazelas nacionais não é rápido, simples, fácil ou dependente de salvadores ou paladinos da justiça. Será preciso tempo e esforço investidos em conscientização (inclui boas doses de educação formal), mobilização e organização dos interesses democráticos e populares.



ALDEMARIO ARAUJO CASTRO

Advogado

Mestre em Direito

**Procurador da Fazenda Nacional
(desde junho/1993)**

**Membro da Executiva da REDE
SUSTENTABILIDADE no Distrito
Federal (desde fevereiro/2022)**

- Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal (de janeiro/2019 a fevereiro/2020)
- Presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (de março/2013 a fevereiro/2014)
- Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2013/2015)
- Editor da Revista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN (de 2011 a 2017)
- Advogado-Geral da União (Interino, de 2 a 7/janeiro/2008)
- Corregedor-Geral da Advocacia da União (de abril/2007 a outubro/2009)
- Coordenador do Curso de Especialização (a distância) em Direito do Estado da Universidade Católica de Brasília Virtual – UCB Virtual (2006 a 2008)

- Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ (de julho/2004 a junho/2005)
- Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional (de abril a outubro/2003)
- Membro do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União (de abril/2002 a abril/2004 e de abril/2007 a outubro/2009)
- Professor da Universidade Católica de Brasília – UCB (de fevereiro/2001 a dezembro/2017)
- Coordenador-Geral da Dívida Ativa da União (de abril/1999 a fevereiro/2001).
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ (1998/2003)
- Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Alagoas (de fevereiro/1994 a maio/1998)

O site do autor na internet, ativo desde novembro/1997, com a íntegra deste texto e outros conteúdos, pode ser visitado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.aldemario.adv.br>.

No referido endereço eletrônico podem ser obtidas gratuitamente, em formato digital, os seguintes livros do autor:

- **COMO FUNCIONA O DIREITO NA ATUALIDADE - UMA INTRODUÇÃO AO DIREITO.** O entendimento tradicional acerca do fenômeno jurídico partia de uma visão mecanicista do Direito. A in-

interpretação consistiria na atividade de revelação do significado dos elementos normativos. A aplicação seria o momento final de concretização do significado encontrado na interpretação. Assim, a solução do problema jurídico envolveria uma subsunção acrítica do fato ao enunciado previsto em lei. Em outras palavras, a essência do Direito consistia num processo lógico de submissão da lei, como premissa maior, ao fato da vida, como premissa menor. Essa dedução lógica produziria um resultado natural e claro simplesmente declarado pelo operador jurídico, principalmente o juiz. Várias reflexões teóricas distintas convergiram, notadamente a partir da segunda metade do século XX, para a superação da chamada hermenêutica jurídica tradicional (ou clássica). Esse processo atingiu todas as áreas do Direito, especialmente o Direito constitucional. Ficou clara a insuficiência do império da lei, pura e simplesmente, para a solução socialmente adequada, com respeito à dignidade humana, de uma infinidade de problemas cada vez mais complexos. Essas novas teorizações atingiram os fundamentos ou pressupostos de compreensão e aplicação do Direito. Assim, pode-se afirmar que os paradigmas de operacionalização do Direito foram profundamente alterados nas últimas décadas. Esses novos olhares acerca do fenômeno jurídico se consolidaram e são predominantes.

- **SAÚDE E BEM-ESTAR - MINHAS ANOTAÇÕES.**
 As leituras e pesquisas para elaboração deste livro apontaram claramente no sentido de que a saúde e o bem-estar consistentes e duradouros dependem do desenvolvimento de um conjunto de hábitos saudáveis. Não são dietas, nem práticas transitórias ou passageiras. São comportamentos positivos ou construtivos a serem realizados diariamente durante toda a vida. E sempre é o momento de começar. Os pilares fundamentais das condutas a serem observadas são os seguintes: a) alimentação adequada; b) atividade física; c) certos hábitos saudáveis e d) equilíbrios espiritual, emocional e social.
- **POR UM BRASIL LIVRE, JUSTO E SUSTENTÁVEL - Escritos contra a barbárie nos sombrios tempos de Bolsonaro.** Os 40 (quarenta) textos contidos nesta publicação foram escritos ao longo do (des)governo do senhor Jair Messias Bolsonaro. Eles procuram demonstrar, com dados e argumentos, os profundos retrocessos observados em praticamente todas as áreas do convívio social no Brasil. Os textos são apresentados exatamente como redigidos e com indicação da data de elaboração. Eles estão dispostos em ordem cronológica invertida (dos mais recentes para os mais antigos). Foram confeccionados dois sumários. O primeiro observa a sequência temporal referida. O segundo sumário agrupa os escritos por assuntos.

Os brasileiros, movidos por um profundo espírito democrático e inspirados nos pluralismos cultural e político, são chamados a construir um Brasil bem distante dos valores e objetivos defendidos por Bolsonaro e seus aliados. Esse Brasil diferente deve ser fundado nas bases da cooperação, fraternidade, compreensão, inclusão social, regulação econômica e sustentabilidade, notadamente ambiental. Essas transformações passam por um processo permanente de conscientização, organização e mobilização em torno dos mais legítimos interesses democráticos e populares. Nessa difícil caminhada, salvadores da Pátria, paladinos da moralidade e crentes de fachada funcionam como indesejáveis cortinas de fumaça.

